

AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.303.428 - DF (2012/0008281-6)

RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES
AGRAVANTE : DISTRITO FEDERAL
PROCURADOR : ALEXANDRE VITORINO SILVA E OUTRO(S) - DF015774
AGRAVADO : CARLOS ADALBERTO ESTUQUI E OUTROS
ADVOGADO : WILSON FERNANDES VELOSO E OUTRO(S) - DF000389A

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. DESMEMBRAMENTO RURAL. AUTORIZAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL. LEI DE PARCELAMENTO DE SOLO URBANO. SÚMULA 284/STF. AUSÊNCIA DE COMANDO NORMATIVO APTO A SUSTENTAR A TESE RECURSAL. FALTA DE AUTORIZAÇÃO DOS ÓRGÃOS LOCAIS. SÚMULA 7/STJ. CONDIÇÃO DE REGISTRO DE IMÓVEL RURAL. NECESSIDADE DE ACOLHIMENTO DA PREMISSE RECURSAL NÃO PASSÍVEL DE CONHECIMENTO. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

1. A Lei de Parcelamento de Solo Urbano não possui comando normativo apto a modificar as conclusões do aresto recorrido, o qual explicitou que a situação em litígio envolve a aquisição de terreno rural em área superior à fração mínima de dois hectares. Incidência da Súmula 284/STF.

2. No caso, o acórdão recorrido afirmou ter o negócio sido aprovado não só pela autarquia fundiária federal mas também por órgãos ambientais da União e do Distrito Federal. Contrariar tal conclusão demandaria exame direto de fatos e provas, hipótese vedada à luz da Súmula 7/STJ.

3. A análise da questão relativa ao registro do imóvel exigiria o acolhimento da premissa de irregularidade da alienação, o que não se pôde verificar, diante do não conhecimento do recurso no ponto.

4. Agravo interno a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao agravo interno, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Mauro Campbell Marques, Assusete Magalhães, Francisco Falcão (Presidente) e Herman Benjamin votaram com o Sr. Ministro Relator.

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2615 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 20 de Fevereiro de 2019 Publicação: Quinta-feira, 21 de Fevereiro de 2019

Brasília, 12 de fevereiro de 2019(Data do Julgamento)

Ministro Og Fernandes
Relator

